

“RESISTIR PARA EXISTIR”: O CINEMA LGBTQIAPN+ BRASILEIRO REALIZADO POR MULHERES NO PERÍODO DE 2019 A 2022

Natally Janielle Santos Fernandes ¹
*Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Cinema da Universidade Federal de Sergipe (PPGCINE/UFS)
e bolsista CAPES*
natallyjanielle@gmail.com

Claudiene Santos
*Docente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e
vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Cinema da Universidade Federal de Sergipe (PPGCINE/UFS)*
claudiene.ufu@gmail.com
claudiene@academico.ufs.br

Resumo

O presente texto se propõe a investigar o cinema LGBTQIAPN+ brasileiro dirigido por mulheres durante o período do governo de extrema direita (2019 - 2022), e como esses filmes atuaram como forma de resistência política, cultural e simbólica em um período marcado pela repressão às minorias - especialmente a população LGBTQIAPN+ - gerando impactos significativos nas políticas sociais, igualitárias e de direitos humanos.

Palavras-chave: cinema LGBTQIAPN+, direção de mulheres, resistência cultural.

Abstract

This paper investigates Brazilian LGBTQIAPN+ cinema directed by women during the last far-right government (2019–2022), examining how these films functioned as forms of political, cultural, and symbolic resistance. In a period marked by repression of minorities—particularly the LGBTQIAPN+ population—these productions challenged exclusionary narratives and highlighted the role of cinema as a space of visibility and agency. The analysis underscores their contribution to broader struggles for social policies, equality, and human rights.

Keywords: Brazilian LGBTQIAPN+ cinema, women directors, cultural resistance.

Introdução

No prefácio do livro “Mulheres atrás das câmeras”, organizado por Lusvarghi e Silva (2019, p. 19) é dito que “Cineasta é uma palavra que possui gênero neutro, ou seja, é o artigo (o/a) que vai flexionar o masculino ou feminino” e mais à frente afirma que “essa neutralidade

¹ O presente artigo constitui parte da dissertação de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cinema da Universidade Federal de Sergipe (PPGCINE/UFS). E foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível de Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

gramatical está longe de ser a tônica da política de gênero de produção, realização e direção que engendrou a filmografia brasileira." Historicamente, o cinema brasileiro é marcado por fortes assimetrias de gênero, o que limita, subestima, e muitas vezes dificulta o acesso de mulheres à direção e à tomada de decisões criativas. Ainda mais quando se fala em direção cinematográfica, cuja função é a mais prestigiada, já que quem dirige a obra é considerado/a o/a principal criador/a.

Em governos de extrema-direita, todos os fazedores de cultura sofreram consequências da precarização da cultura. Mas é coerente afirmar que as mulheres sofrem uma consequência a mais, que é o machismo estrutural. Se formos pensar em interseccionalidades, uma mulher negra, além das consequências mencionadas acima, ainda vai sofrer racismo institucional, além de lesbofobia, bifobia e transfobia. O governo do ex-presidente Jair Bolsonaro - 2019 a 2022 - foi marcado por discursos e políticas que reforçaram a marginalização das minorias, especialmente mulheres e a população LGBTQIAPN+. Tendo em vista esse cenário, se faz importante investigar como esse cinema realizado por mulheres ocorreu nessa conjuntura.

O cinema LGBTQIAPN+ brasileiro diante dos cenários políticos

O cinema LGBTQIAPN+ esteve presente desde os primórdios da sétima arte, mas foi em 1923 que se registra a primeira representação em um filme brasileiro com temática explícita sobre gênero e sexualidade fora dos padrões heteronormativos. Trata-se do filme "Augusto Aníbal quer casar", dirigido por Luiz de Barros, que narra a história do personagem principal que se apaixona por uma mulher que é "um transformista" - nas palavras de Lekitsch (2011).

Infelizmente, muito pouco dessa época do cinema, principalmente o nacional, restou intacto. Os incêndios nas salas de cinema eram constantes, destruindo os acervos - o material utilizado nos filmes, o acetato, era altamente inflamável. Alguns filmes, por sua vez, transformavam-se em pó, pela má conservação. Outros eram derretidos, pois o nitrato de prata, que queimava o filme e dava os contrastes de branco e preto, era um produto químico raro e podia ser vendido por um bom preço (LEKITSCH, 2011, p. 20).

Por outro lado, a primeira mulher na direção de filmes com temática LGBTQIAPN+ no Brasil, só ocorreu em 1984, com a realização de "Amor maldito", de Adélia Sampaio. A obra é um marco na história do cinema brasileiro não somente pela sua temática sáfica - também marcada por elementos trágicos, como suicídio, - mas também por ter sido o primeiro longa-metragem brasileiro dirigido por uma mulher negra. Lekitsch (2011) afirma que é uma tentativa boa e ousada para falar sobre o tema. Como era muito comum no período, a obra enfrentou repulsa por parte da sociedade conservadora, censura institucional, recusas de financiamentos e rejeições críticas, que findaram silenciando não somente o conteúdo, mas também sua autoria.

Após 1984, houve um apagamento no registro de mulheres na direção de filmes com temática LGBTQIAPN+. Essa extinção se deu por uma combinação de fatores, sendo a principal a falta de políticas públicas, especialmente agravadas pelo conservadorismo institucional e cultural. Somente nos anos 2000, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, é que se consolidou a recuperação significativa do cinema nacional, com a regulamentação da Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/1993) e a criação da Ancine (Agência Nacional do Cinema). Dessa forma, tem início no Brasil o período denominado "cinema da retomada".

Em relação às políticas públicas, o II Plano Nacional de Direitos

Humanos (2002), no governo FHC, trouxe a primeira referência à comunidade LGBTI, ao qual previa o direito à livre orientação sexual e proibição de discriminação (IRINEU; OLIVEIRA; LACERDA, 2020, p. 100).

Entretanto, as políticas de igualdade de gênero e racial foram de fato priorizadas somente no primeiro governo Lulista (do presidente Luiz Inácio Lula da Silva), a partir de 2003.

A partir, então, do Governo Lula, as demandas do ativismo LGBT² ganham maior espaço no Poder Executivo, cuja maior expressão é a criação da primeira política pública específica LGBT, o Brasil Sem Homofobia (BSH), em 2004, que tinha por objetivo a promoção da cidadania homossexual e combate da violência e discriminação (IRINEU; OLIVEIRA; LACERDA, 2020, p. 100).

Em relação ao cinema, algumas medidas de extrema importância para o fortalecimento do cinema nacional foram efetivadas, dentre elas, a reestruturação da Ancine e a criação do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) que promoviam financiamento público, democratizando e diversificando a cultura do país. Através dessas e outras ações, foi possível uma construção gradual de condições para o fortalecimento de um cinema LGBTQIAPN+, especificamente realizado por cineastas mulheres. Apesar de ainda ser quantitativamente menor em relação ao número de cineastas homens que produziam filmes, observou-se um fortalecimento significativo da presença de diretoras nesse campo.

Esse avanço, entretanto, foi interrompido por um período de retrocesso na história do Brasil, que se iniciou com o golpe institucional e o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016. A partir de então, observa-se o fortalecimento da direita conservadora sob a gestão do ex-presidente Michel Temer, que criou bases para a ascensão da extrema direita. De acordo com Trevisan (2018, p. 441), “bastou a bancada religiosa, a bancada ruralista e o núcleo militarista-fascista - conhecidas como bancada BBB (bíblia, boi e bala) - centrado em Jair Bolsonaro se unirem para formar a santíssima trindade que a direita necessitava para ser chamada equivocadamente de ‘nova’”. Após a vitória de Bolsonaro, o país entrou - de 2019 a 2022 - no período conhecido como “a era bolsonarista”, marcado pela repressão de direitos, retrocessos em várias áreas e pela crise da democracia.

Desde seus primeiros anos de atuação política, Jair Bolsonaro já manifestava discursos marcados de preconceito e discriminação contra as minorias. No entanto, foi durante seu mandato como presidente que conseguiu de fato realizar o seu projeto. Um projeto que não apenas negava direitos a mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, como também as excluía sistematicamente dos espaços de visibilidade cultural. Neste contexto de violência simbólica, apagamento cultural e sobrevivência das mulheres no cinema, é importante reconhecer que os impactos não foram distribuídos igualmente. Todas as mulheres enfrentam obstáculos, mas, quando se tem um recorte por raça e sexualidade, as camadas de exclusão se tornam mais profundas. Para as mulheres negras, a ausência de políticas de inclusão reforçou um sistema historicamente racista. E, para as mulheres, especialmente lésbicas e transexuais, o cenário bolsonarista invisibilizou e negou suas existências.

Conforme Freitas, Targino e Granato (2022), o governo Bolsonaro promoveu o desmonte da política cultural logo no início do mandato, extinguindo o Ministério da Cultura - em abril de 2019 - e impondo restrições ideológicas a projetos que contrariavam “a moral, a família tradicional e os bons costumes” defendida por sua base. Como se não bastassem as diversas crises políticas, sociais e culturais que atravessavam o país, o Brasil, assim como o restante

² Atualmente, a sigla é LGBTQIAPN+, entretanto a versão dos autores foi mantida por se tratar de uma citação direta.

do mundo, foi atingido pela pandemia de Covid-19 — uma doença viral, desconhecida e potencialmente fatal. No entanto,

o Governo Bolsonaro não apresentou planos e estratégias de enfrentamento à pandemia do COVID-19, e, ainda, em diversas ocasiões relativizou seus efeitos e impactos, tratando-a como uma 'gripezinha'. Utilizou-se da máxima 'a economia não pode parar', ainda que mais de 160 mil mortes fossem o resultado ao final do ano de 2020 no Brasil (IRINEU; OLIVEIRA; LACERDA, 2020, p. 109).

Em meio a esse cenário caótico - de saúde pública, de desmonte simbólico e ideológico da cultura, de apagamento das identidades dissidentes, de atentados à democracia e à liberdade de expressão, de promoção à desinformação, de ataques, ofensas e deslegitimação a veículos de imprensa contrários ao seu governo - o cinema brasileiro LGBTQIAPN+ continuou existindo, mesmo sem políticas públicas de fomento e inclusão. Como afirma Jean-Claude Bernadet,

o cinema é um instrumento de análise e de luta contra uma sociedade e uma cultura inaceitáveis, é uma procura de caminhos sociais, políticos, culturais e estéticos novos, uma invenção de formas de linguagem que se possam descobrir e expressar esses caminhos. Isso, senão de fato, pelo menos nas suas intenções, na sua razão de ser (BERNARDET, 2009, p. 140).

A partir dessa perspectiva, compreender a produção das cineastas durante o período bolsonarista significa reconhecer que filmar, nesse contexto, foi mais do que existir: foi um ato de resistência coletiva. Nesse cenário, os festivais de cinema com curadoria LGBTQIAPN+ tiveram papel central, ao promover a circulação dessas obras e garantir visibilidade em meio ao desmonte cultural. Funcionaram, portanto, como espaços de resistência simbólica e de afirmação política. Como afirmam Freitas, Targino e Granato (2022, p. 226), o Observatório de Censura à Arte registrou 29 episódios de censura em 14 estados brasileiros, sendo a metade deles ocorridos já no segundo semestre de 2019, logo no início do mandato de Bolsonaro. Ainda, Jean-Claude Bernadet (2009, p. 140) já havia refletido sobre essa resistência ao cinema insurgente ao afirmar, em outro contexto que, “não se pode esperar que o conjunto da sociedade e de suas instituições reserve uma boa acolhida a esse cinema que nega a situação presente e quer transformá-la.” Assim como a ditadura militar tentou impedir a existência do Cinema Novo, o bolsonarismo fez o mesmo com a cultura brasileira - e especialmente com o cinema LGBTQIAPN+.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar a produção do cinema LGBTQIAPN+ brasileiro dirigido por mulheres durante o governo de extrema direita (2019 - 2022) como forma de resistência política, cultural e simbólica diante de um cenário de censura, apagamento cultural e retrocessos.

Trata-se de um estudo interdisciplinar uma vez que conecta reflexões a respeito de gênero, cinema, política e resistência cultural.

Metodologia

O corpus é constituído por filmes brasileiros - ficcionais, documentais e híbridos - somente de formato longa-metragem. Levando-se em consideração que, no Brasil, a Ancine (Agência Nacional do Cinema) define como um longa-metragem uma produção com duração mínima de 70 minutos, obrigatoriamente com temática e/ou personagem LGBTQIAPN+.

Consideramos somente filmes dirigidos por mulheres, de forma individual ou de forma conjunta (até mesmo com diretores) com o recorte temporal de 2019 a 2022, período do último governo de extrema direita brasileiro.

As buscas tiveram início no site colaborativo Wikipédia e em seguida no Google. Também no site da Ancine que fornece dados de filmes lançados anualmente, e também de sites de festivais de cinema LGBTQIAPN+ (como o Mix Brasil), sites especializados (“Adorocinema”, “IMDB”) e plataformas de streaming (Globoplay, Netflix, Prime, Mubi, dentre outros). Além disso, foi feito uso da IA, mais precisamente o modelo ChatGPT-SciSpace - utilizando os seguintes *prompts*: “financiamento”, “co-produção” e “temática ou personagem (s) LGBTQ+” a respeito dos filmes encontrados.

Resultado

Posteriormente, foi elaborado um quadro com as seguintes informações: nome do filme, direção, ano de lançamento, categoria (ficção, documentário ou híbrido), temática específica (como envelhecimento sáfico, infância trans, dentre outras), duração em minutos, links de acesso e informações sobre financiamento dessas obras. Os resultados apontam 36 filmes - com temática e/ou personagens LGBTQIAPN+ - dirigidos por mulheres foram lançados no Brasil no período de 2019 à 2022, reforçando a ideia de que esse cinema resistiu diante do cenário da época.

A partir desse levantamento, alguns pontos interessantes se cruzaram: dos 36 filmes identificados, 19 são documentais, 14 ficcionais e 3 se enquadram como doc-ficcional - um gênero híbrido que mescla características do documentário e da ficção.

Além desses dados, foi observado que dos 36 filmes, 23 foram direção feminina (solo ou conjunta), 11 em direção conjunta com homens, 1 deles (“Sessão bruta”) foi dirigido e assinado por um coletivo mineiro denominado Coletivo Talavistas formado por mulheres trans e travestis negras. E 1 deles, o filme “Mães do Derick” possui divergências sobre quem assina a direção - alguns locais têm Denise/Dê Kelm, em outros têm Cássio Kelm, que é uma pessoa trans não-binária vinculado à mesma produtora, a Haver Filmes.

Outro ponto interessante de mencionar é que, dos 36 filmes, somente 12 foram co-produzidos com financiamento de outros países - são eles: França, com 5 co-produções, seguido dos Estados Unidos com 3, Portugal com 1, Argentina com 1, Chile e Argentina entraram em 1 filme e Estados Unidos e Espanha entraram em 1 filme. Os outros 24 filmes foram produzidos e financiados no Brasil através de produtoras independentes, de esforços coletivos e alguns com financiamento de grandes produtoras como a Globo Filmes, por exemplo.

Dos 36 filmes, 9 foram lançados em 2019 - sendo 2 ficções, 7 documentários e 1 híbrido (doc-ficcional). Com destaque para os documentários “Bixa Travesty” (Claudia Priscilla e Kiko Goifman) e “Indianara” (Aude Chevalier-Beaumel e Marcelo Barbosa), que ficaram conhecidos por suas personagens transexuais reais, e que receberam várias premiações em festivais nacionais e estrangeiros. Além deles, outro filme que se destacou nesse ano foi a ficção “Minha mãe é uma peça 3” (Susana Garcia), que é uma comédia dramática sobre maternidade, família, casamento gay, dentre outras temáticas secundárias, e tornou-se um dos filmes mais assistidos de toda a história do cinema nacional. Outro filme que merece destaque é o de gênero híbrido chamado “Um filme de verão” (Jo Serfaty) que aborda as descobertas da adolescência de quatro jovens da periferia do Rio de Janeiro. Vale mencionar também o drama ficcional “Tremor lê” (Livia de Paiva e Elena Meirelles) que retrata uma Fortaleza distópica onde a personagem lésbica foge de uma prisão política após uma manifestação e reencontra sua amiga anos depois em um país governado por uma ditadura com máscara religiosa marcada por repressão às minorias. Interessante observar a

semelhança deste último filme, ainda que um seja uma ficção distópica de futuro, podem refletir o momento cultural brasileiro, repleto de luta e repressão.

No ano de 2020 foram lançados 12 filmes - sendo 5 ficções e 7 documentários. Com realce para o documentário sobre pautas raciais “Dentro da minha pele” (Val Gomes e Toni Venturini) e da ficção “Um dia com Jerusa” (Viviane Ferreira), que além de ser bem representativa com personagens negras e também lésbica, aborda ancestralidade, memória e identidade. Os documentários “Diga meu nome” (Juliana Chagas Gouveia) e “Transamazônia” (Renata Taylor, Débora Mcdowell e Bea Morbach) abordam questões trans - o primeiro sobre a burocracia para realizar a mudança para o nome social, e o último sobre duas mulheres trans que vivem em pontos diferentes da rodovia transamazônica. Ainda abordando a temática trans, porém especificamente a infância trans, temos a ficção “Meu nome é Bagdá” (Caru Alves de Souza) que retrata a vida e as relações de uma skatista de 17 anos de nome Bagdá, e também o premiado e aclamado documentário “Limiar” (Coraci Ruiz) que registra a transição de gênero de seu filho adolescente. Um outro filme que aborda questões familiares, mais precisamente sobre novas configurações familiares, é o documentário “Mães do Derick” (que possui divergências na assinatura da direção geral). Todos esses filmes se posicionam contra a marginalização dessas vivências não cisheteronormativas. Entretanto, assim como no ano anterior, é perceptível a existência de alguns filmes que se posicionam mais diretamente a respeito da precarização da cultura e das repressões sofridas nesse período de gestão bolsonarista. Em 2020 são eles, o documentário “Para onde voam as feiticeiras” (Carla Caffé, Eliane Caffé e Beto Amaral) que registra um grupo de performers LGBTQ+ onde através da sua arte levanta debates sobre gênero, desigualdade e preconceito. E a ficção científica “Rodson ou (Onde o sol não tem dó)” (Clara Chroma, Cleyton Xavier e Orlok Sombra) que relata a história de um garoto reprimido pela sociedade em um governo “anarcocrenty” e que sua mente concebe um alter ego que busca a alucinação perfeita sob o sol de 2000°C.

Em 2021, somente 3 filmes foram lançados - 2 ficções e 1 documentário. Isso porque 2020 foi o ano em que Brasil e o mundo foram assolados pela pandemia de Covid-19, e com o período de confinamento, quase não houve produções para serem lançadas no ano seguinte - em 2021. As duas ficções são os dramas “A primeira morte de Joana” (de Cristiane Oliveira) que conta a história de uma menina que almeja descobrir o motivo de sua tia-avó falecida nunca ter tido um namorado, e “A cidade dos abismos” (de Priscyla Bettim com Renato Coelho) que conta a história de algumas amigas que se encontram em uma noite de natal e uma delas é assassinada, e a partir disso todas as pessoas envolvidas lidam com perda e sentimento de injustiça. Ambas ficções explicitam perdas, conexões (e também desconexões) e o sentimento de busca por algo. O único documentário lançado nessa época foi o “BR Trans” (Tatiana Issa e Raphael Alvarez) que mescla trechos de uma peça teatral homônima com histórias reais que se unem para dar voz à população trans. Ao refletir sobre como esses filmes se posicionam frente ao contexto político, é possível afirmar que eles são produções marginalizadas realizadas por pessoas marginalizadas que trazem novas vozes, novos afetos e novos mundos possíveis.

Por fim, em 2022 foram lançados 12 filmes - 5 deles são ficções, 5 documentários e 2 híbridos (doc-ficções). É notável o documentário “Uyra - a retomada da floresta” (Juliana Curi) que aborda uma jornada de autodescoberta da artista trans indígena que viaja pela floresta usando sua arte para ensinar jovens indígenas. Também o documentário póstumo do humorista Paulo Gustavo, vítima de complicações da COVID-19 (em 2021). A ficção dramática com atores globais “Aos nossos filhos” (Maria de Medeiros) é um filme que tem várias camadas como memórias, política, história, família e suas novas configurações. E o doc-ficcional “Transe” (Carolina Jabor e Anne Pinheiro Guimarães) aborda relacionamentos e turbulência eleitoral. Os outros filmes citados a seguir, possuem gêneros e temáticas distintas, mas em todos eles é explícito o enfrentamento à situação político-cultural brasileira. São eles o doc-ficcional “Mato seco em chamas” (Joana Pimenta e Adirley Queirós) que tem

suas personagens rebeldes que desafiam as normas sociais e estruturas de poder. Os documentários “Sessão bruta” (Coletivo As Talavistas) que tem como proposta ser um manifesto contra as hegemonias de gênero, orientação sexual, raça, classe e da própria noção de autoria, e “Germino pétalas no asfalto” (Coraci Ruiz e Júlio Matos) que registra a transição de gênero de Jack em meio ao governo Bolsonaro e a pandemia que assolou o mundo, são filmes potentes de temática trans que rompem com olhares dominantes criando espaços onde a existência de vozes dissidentes existe e resiste. Por fim, um filme ficcional interessante deste ano é “Como matar a besta” (Agustina San Martín) que mistura identidade, laços familiares e repressão em uma narrativa de suspense com elementos folclóricos.

Considerações finais

Todos esses filmes desse período não se calam diante do apagamento imposto pelo governo de Jair Bolsonaro. Pelo contrário, denunciaram as violências e opressões, conforme Bernadet (2009) compreende o cinema enquanto inconformista. E reafirmando identidades dissidentes com um olhar sensível e de resiliência, formando assim, o que Bell Hooks (2013) afirma ser uma “cultura de resistência”.

Do ponto de vista histórico, político e cultural é extremamente significativo observar que, dos 36 filmes lançados nesse período, 22 possuem temática e/ou personagens trans, formando assim, uma camada a mais de resistência simbólica dentro do cinema LGBTQIAPN+ dirigido por mulheres. Ainda que muitos desses filmes não sejam de fácil acesso e estejam fora do circuito comercial, seu valor simbólico e político é incalculável pois, “intenciona não só desconstruir preconceitos, incompreensões e a discriminação vigentes, mas também propor novas formas de percepção, respeitadas, sobre tais sujeitos” (PONTES; LAGO; ZANELLA 2021, p. 1).

É justamente em um dos momentos mais autoritários e caóticos da história do país – marcado pela desinformação, pela censura, pelo desmonte cultural e pela necropolítica – que essas produções resistem e (re)xistem, criando formas de transcendência. Sob uma gestão “anti-gênero” e “anti-diversidade”, como afirmam Irineu, Oliveira e Lacerda (2020, p. 102), o cinema torna-se ferramenta de expressão e também de luta política, promovendo “um modo outro de fazer cinema negro, amarela, arco-íris, conjugado no feminino, para que um pouco de justiça no olhar se dê” (LUSVARGHI; SILVA, 2019, p. 12).

Essas cineastas resistiram para existir e para serem recordadas. E como escreveu Safo de Lesbos: “Alguém, eu juro, há de se lembrar de nós no futuro” (Fragmento 147).

Referências

ACERVO LUIZ DE BARROS. Reconstituição de “Augusto Aníbal quer casar” (1923). YouTube, 2023. Disponível em: <https://youtu.be/oKkmITHn7_4?si=lqHzfpwJ4QeJySoH>. Acesso em: 5 jun. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE). Listagem de filmes brasileiros lançados (1995 a 2024). Disponível em: <<https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca/cinema/arquivos-pdf/listagem-de-filmes-brasileiros-lancados-1995-a-2024.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2025.

BERNARDET, Jean-Claude. Cinema brasileiro: propostas para uma história. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

FREITAS, Sara; TARGINO, Janine; GRANATO, Leonardo. A política cultural e o governo Bolsonaro. Revista Debates, v. 16, n. 1, p. 175–199, jan./abr. 2022. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/231672/001132442.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2025.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade / bell hooks ; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

IRINEU, Bruna Andrade; OLIVEIRA, Brendhon Andrade; LACERDA, Milena Carlos. Um balanço crítico acerca da regressão dos direitos LGBTI no Brasil sob ascensão do bolsonarismo. In: NOGUEIRA, Gilmaro (org.). Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes. Salvador: Editora Devires, 2020.

LEKITSCH, Stevan. Cine Arco-Íris: 100 anos de cinema LGBT nas telas brasileiras. São Paulo: Gls, 2011.

LUSVARGHI, Luiza; SILVA, Camila Vieira da. Mulheres atrás das câmeras: as cineastas brasileiras de 1930 a 2018. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

PONTES, Carlos Frederico Bustamante; LAGO, Mara Coelho de Souza; ZANELLA, Andréa Vieira. O “estado da arte” dos estudos sobre o cinema LGBTQIA+ no Brasil e em países latino-americanos. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 29, n. 3, e70658, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n370658.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
